

Constituição e Autonomização do Campo Científico da Estatística no Brasil (1870/1914)

Alexandre de Paiva Rio Camargo

O presente trabalho tem por objetivo investigar o nascimento da estatística e a forma de sua consolidação no Brasil, relacionando-os ao momento de transição da monarquia escravista para a modernidade da *belle époque* republicana. Sendo assim, este trabalho pretende analisar os diferentes significados sociais assumidos para o Império e para a República por este novo saber classificador que, ao tornar conhecidas realidades distantes ou ausentes, representava um sentido de consciência nacional inteiramente novo.

Encerrada a Guerra do Paraguai, ficaram expostas as fragilidades do país quanto ao controle da organização do território nacional e de suas fronteiras. Faltavam informações estatísticas sobre a capacidade de recrutamento, de abastecimento de suprimentos e de informações cartográficas, essenciais ao esforço de guerra.

Além disso, a sustentação da hierarquia naturalizada do Antigo Regime se encontrava ameaçada. O advento de uma ideologia abolicionista contribuiu para o quadro de crescente deslegitimação da propriedade escrava, seja através das discussões conceituais e liberais de uma elite jurídica, que ganha crescente respaldo das camadas médias abolicionistas, seja através da deslegitimação do uso da violência, que é o próprio meio de controle senhorial para disciplinarização do escravoⁱ.

Neste quadro, fazia-se premente precisar as flutuantes categorias sociais de então, dado o esfacelamento da hierarquização naturalizada do Antigo Regime, ao que se proveria com a elaboração das bases necessárias para a realização do recenseamento geral. Com este fito, durante o Gabinete Itaboraí, o ministro dos Negócios do Império,

Paulino José Soares de Souza, submeterá à aprovação o projeto-de-lei que versa sobre a realização do censo e sobre a criação de uma repartição estatística com *status* de diretoria, subordinada ao Ministério dos Negócios do Império.

Prevista pela referida lei 1829 e regulamentada pelo decreto 4676, de 14 de janeiro de 1871, à Diretoria Geral de Estatística cabiam, nos termos do decreto, a coordenação e a apuração dos dados estatísticos existentes nas Repartições públicas do Império. Dotada de autonomia financeira e de recursos materiais e humanos, suas atribuições eram muito amplas: dirigir os trabalhos do censo, organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos e formular os planos de cada ramo da estatística do Império.

No entanto, as respostas às obrigações imputadas seriam lentas e ineficientes, dado o imprevisto de funcionários públicos arregimentados em outras seções do próprio Ministério dos Negócios do Império, apenas marginalmente afinados com as necessidades estatísticas. Ao mesmo tempo, revelava-se a real intenção do governo imperial, qual seja, a confecção de um recenseamento nacional bem-sucedido. Após a execução do recenseamento geral do Brasil e ao longo da publicação gradual dos seus resultados em 23 volumes, entre 1872 e 1878, claro estava que, com a proximidade do término dos trabalhos censitários, o Império iria dismantelar a diretoria. Dispendiosa e demandando maiores recursos humanos, com trabalhos morosos e resultados avaliados como insuficientes, decidiu-se pela fixação da Diretoria Geral de Estatística ao nível de seção, por força do Decreto 8341, de 17 de dezembro de 1881, no Gabinete Saraivaⁱⁱ.

Como explicar que após a implantação da DGE e do êxito obtido pelo recenseamento de 1872 pudesse a mesma ser rebaixada ao *status* de seção, o que suspendia o desenvolvimento da ciência estatística no Brasil? Em primeiro lugar, dizer que o censo era uma necessidade não implicava o mesmo para a estatística. Diante da

flutuação das categoriais sociais, a que já fizemos alusão, era premente fixá-las em um suporte mais rígido e definido, através da classificação em categorias censitárias, tendo em vista a desconstrução da hierarquia do Antigo Regime. Não menos importante para um Estado-Nação era conhecer seus recursos, população, território, fronteiras e potencialidades. A isto o censo, naturalmente, oferecia resposta. Faltava claramente uma “consciência estatística” por parte das autoridades e dos estatísticos envolvidos, meros funcionários deslocados, no exercício que estavam dos seus deveres. Não havia uma política de continuidade, nem um investimento de médio e longo prazos. Os recrutados não *eram* estatísticos, mas *estavam* estatísticos. E “fazer carreira” significava estar ali para poder galgar degraus na escada do poder. O caráter recente e o destino incerto da Diretoria também não contribuíam para auferir prestígio aos ocupantes de seus instáveis cargos.

A monarquia não via, e nisto não estava interessada, a relação entre a leitura dos números abstratos da estatística e seu uso em ações públicas.

Remetido o discurso estatístico ao seu contexto político e ideológico, podemos, então, entender as razões do governo republicano em manter uma precária, mas estável, estrutura estatística. Diante da ampliação formal da participação política aos ex-escravos e pobres livres, o discurso estatístico emergia como local privilegiado para redimensionar uma discussão sobre a igualdade entre os homens e também sobre os critérios de cidadania, preservando a rígida hierarquia, agora cientificamente explicadaⁱⁱⁱ. Neste sentido, a estatística emergiria como importante instrumento na construção da república. Traduzir a realidade em números, quantificar, classificar e hierarquizar eram a ordem do dia para estabelecer-se um consenso forçado, a partir do poder coercitivo, reconciliando Estado e sociedade civil. Era preciso criar uma memória oficial, identificar a experiência monarquista ao atrasado legado lusitano. A estatística, enquanto discurso oficial, contribuiria para mistificar as temporalidades, no intuito de

fixar imagens de um novo começo e uma nova identidade, dotados de um projeto próprio e promissor. Desqualificavam-se os discursos concorrentes, consagrando-se o primado da técnica e da ciência, especialmente o da estatística, através das quais se realizavam as estratégias oficiais de esquecimento do passado e celebração do presente. Para Roger Bastide, ao contrário das ciências sociais, que privilegiam as leis de evolução, a estatística valoriza o permanente e as leis de constância, descartando as mudanças históricas. Como resultado, produz uma imagem da sociedade que, ao participar da natureza, escapa ao cálculo, à ação humana. Os comportamentos sociais, por sua vez, reificados nas mais diversas categorias estatísticas, podem, então, ser patologizados^{iv}. Dessa maneira, o processo de elaboração das estatísticas pressupõe a desconstrução das individualidades, ao reinseri-las em coletividades previamente idealizadas, reconstruindo-as como individualizações: o um no outro. É esta tendência para naturalizar diferenças sociais fundamentais e para dissolver os conflitos de classe e as diversidades culturais num discurso coerente e apolítico que veio a despertar o interesse do governo republicano na preservação e perpetuação de uma rede estatística institucional.

Devemos agora testar as formas de atuação conjunta dos estatísticos republicanos. Em que grau ela revela uma coerência pautada por uma consciência de grupo e que limites se impõem para que tal consciência alcance um nível discursivo? Diante das limitações desta apresentação, é imperativo que sejamos seletivos e, para tanto, escolhemos um episódio modelar para testarmos a consciência de grupo destes estatísticos: a polêmica em torno da elaboração e publicação do recenseamento nacional de 1900.

Este censo, que caiu em rápido descrédito e é quase ignorado pelos especialistas de hoje, apresentava números muito diferentes dos de 1890. Seu organizador, Mendes da Rocha, defendia sua obra, alegando que a razão da

discrepância residia no “desordenado acréscimo” praticado pela Diretoria Geral de Estatística no tocante à publicação do censo anterior. O autor se refere ao recenseamento de 1890 como “trabalho que contém erros crassos que muito depõem contra os créditos dessa repartição. (...) nenhuma dúvida pode restar sobre o valor dos números que representam a população da capital federal em 1890”^v. Vê-se que sua estratégia de argumentação baseava-se na desqualificação dos números alcançados pelo empreitada censitária de 1890. Mendes da Rocha cria que nesta época muitos afluíram para a capital federal em função da multiplicação das empresas e das gratificações, o que teria causado uma febre na especulação imobiliária. A plausibilidade de sua sustentação desaparece quando menciona que o afluxo recebido pela cidade era contingencial e motivado somente pela especulação financeira do encilhamento. Conseqüentemente, a emigração explicaria o baixo crescimento verificado nos dez anos transcorridos entre os censos: “A emigração, portanto, é uma consequência fatal do desaparecimento da miragem e a onda de forasteiros desapareceu naturalmente logo que o brilho ilusório do papel-moeda começou a empanar-se, só ficando com as inevitáveis conseqüências do delírio os prisioneiros da sorte, (...) com o decréscimo do comércio e quase paralisação das indústrias”^{vi}.

Assim Mendes da Rocha se desfazia da contradição dos números, desqualificando a obra que foi o marco fundador da estatística republicana e, apesar de suas deficiências, obra respeitada e consultada até hoje. Além disso, apontava o fator emigração para sustentar seus dados, justamente na década em que o Rio de Janeiro mais recebera imigrantes até então. O que realmente devemos destacar desta fatídica autodefesa é o fato de que ela se constitui em *caso limite* privilegiado para evidenciar as grandes limitações técnicas de precisão científica que rodeavam estes estatísticos. Ora, isto corrobora a hipótese que traçamos anteriormente. Neste momento, de grandes dificuldades técnicas na confecção censitária, em que

algarismos ainda são estimados e arredondados pelo recurso a métodos científicos consagrados, o uso político possível dos números produzidos responde em boa parte pela aceitabilidade que eles podem ter. E, talvez, por ter exposto esta ferida tão claramente, Mendes da Rocha viria a cair em ostracismo, para o que muito contribuíram as várias críticas de Aureliano Portugal, a esta altura chefe da seção de estatística municipal desde 1893, futuro idealizador do *Recenseamento do Distrito Federal de 1906*.

Em resposta à fértil imaginação de Mendes da Rocha, para quem a cidade teria se esvaziado e os casarões desabitados, Aureliano afirma, com pertinência, que “ O número de habitações coletivas teria se multiplicado, desde o ínfimo cortiço até as luxuosas casas de pensão, (...) outrora habitações de uma só família, estão hoje transformadas em colossais casas de cômodos, verdadeiras colméias habitadas por uma população numerosíssima”^{vii}.

Sem dúvida a política do encilhamento teria agravado, por força de práticas especulativas, a situação da moradia urbana, mas este quadro era tão ou mais grave na virada do século. Diante dos crescentes aumentos de preço e dificuldades de acomodação, a tendência da população humilde em geral era a de explodir em motins urbanos comumente espontâneos e desordenados^{viii}. Esta “população numerosíssima”, de que fala Aureliano, encontrava-se entulhada nos infernos sociais das casas de cômodos e das grandes habitações coletivas, diante da imensa demanda por alojamentos e dos altos aluguéis cobrados.

Embora este corretíssimo argumento, com o qual qualquer cidadão médio comum na época poderia concordar, já atestasse o malogro do censo de 1900, isto não bastava. Era fundamental recuperar no discurso o crescimento demográfico, o progresso material e o lugar de destaque que o distrito federal ocupava no mundo civilizado: “Para esta cidade tudo converge, quer a fortíssima corrente imigratória

externa e interna que, na luta pela vida, procura as nossas plagas, quer a grande maioria das produções da atividade nacional e os que esta importa de fora para suas necessidades”^{ix}.

Portanto, o que se percebe neste caso limite é que, embora já haja uma institucionalização segura do campo, os números são fabricados ou desembocam em graves contradições, destinando aos estatísticos o desconfortável encargo de referendá-los. Para tanto, jogam importante papel elementos externos à ciência: o constante recurso a autoridades, especialmente as estrangeiras, o abuso da retórica e das disputas. Os embates em periódicos como este que vimos acima constituem, igualmente, importante instrumento para alimentar controvérsias e cultivar o público da sociedade civil. É o que se visa tanto nas estratégias racionais de argumentação que edificam a função da estatística no progresso da civilização e na redenção do país, como nas querelas recheadas de ironia e trocas de acusações, bem próximas da tradição do desafio na cultura popular. A este respeito, diga-se, o exemplo que escolhemos é dos mais polidos e comedidos. Ele revela a fragilidade das condições de produção e de autenticação dos números produzidos pela estatística. Mas também nos diz muito sobre a forma de atuação coesa destes homens. É o que vemos no caráter homogêneo no padrão de suas reivindicações. Além da requisição de recursos materiais e técnicos, há uma demanda pela ampliação na coordenação nacional dos trabalhos estatísticos, através do envio de delegados da DGE, há uma pressão pela institucionalização do ofício do estatístico profissional, ao exigir-se nos concursos provas de conhecimentos específicos para a prática estatística.

Na medida em que traz dividendos políticos e científicos para estes estatísticos, a profundidade das mudanças reivindicadas depende expressamente da posição ocupada pela estatística num campo intelectual mais amplo, em que há grupos concorrentes, como os médicos, etnólogos, historiadores e literatos, igualmente inseridos na estrutura da

classe dirigente. Seguindo Bourdieu e sua conceituação sobre o campo intelectual, é o sistema de relação entre posições no campo estatístico e entre este e o campo do poder que confere particularidade a cada posição e às tomadas de posição científicas e ideológicas a elas objetivamente vinculadas^x.

Neste sentido, não devemos afirmar que a república tratou com descaso os projetos apresentados por estes estatísticos. A questão é que, ao menos para o período estudado, não era prioridade na agenda governamental direcionar maiores gastos públicos com o incremento do instrumental de medição e precisão estatística. Afinal, a estatística já cumpria sua função, ao produzir os números pretendidos e dar ensejo às práticas de subjetivação realizadas por outras práticas científicas, como a medicina legal e a higiene pública. Nestes termos, a atuação destes intelectuais mostrou-se muito bem-sucedida. Assim o provam o aumento conseguido da infra-estrutura material (aquisição de biblioteca, tipografia, etc), o acréscimo considerável de pessoal e a institucionalização do Conselho Superior de Estatística que seria composto por políticos proeminentes e intelectuais de notório saber.

ⁱ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 154 e 162-63.

ⁱⁱ SENRA, Nelson. A Diretoria Geral de Estatística no Brasil Império: primeira instituição brasileira de estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, pp. 13-14.

ⁱⁱⁱ SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Intuições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p 241.

^{iv} BASTIDE, Roger. "A estatística e a História". In *Revista Brasileira de Estatística* v.23. Rio de Janeiro: IBGE, 1945, p. 366-67.

^v ROCHA, Francisco Mendes da. "Ofício da Diretoria Geral de Estatística sobre recenseamento da população em 31 de dezembro de 1900". In *Jornal do Commercio*, 30 de janeiro de 1901.

^{vi} IDEM, Ibidem.

^{vii} PORTUGAL, Aureliano Gonçalves de Sousa. "O recenseamento de 1900 julgado pela estatística". In *Jornal do Commercio*, 24 de julho de 1901.

^{viii} SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003,, p. 75.

^{ix} PORTUGAL, Aureliano Gonçalves de Sousa. "O recenseamento de 1900". In *Jornal do Commercio*, 10 de fevereiro de 1901.

^x BOURDIEU, Pierre. "Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe". In _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 190.